



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

Nº 03/2026

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

16/06/2026

Ao décimo sexto dia do mês de junho de dois mil e vinte e seis, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM. Estavam presentes as seguintes Conselheiras: Mariela Renata Paseto (Gabinete do Prefeito); Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria de Assistência Social e Habitação); Lucimara Nunes (Secretaria Municipal de Saúde); Melani Feldmann (Procuradoria-Geral do Município); Roberta Schonfelder de Souza (Delegacia da Mulher); Munique do Nascimento (Representante de Órgão Público que disponha sobre a Promoção de Igualdade Racial – COPIRC); Fabiana Domingos Bertier (Conselho tutelar); Andreia Teixeira Machado (Conselho Tutelar); Nádia de Souza Paz (Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma – AFASC); Rindalta das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas com Deficiência da Região Sul de Santa Catarina – JUDECRI); Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI) e Marja Mariane Feuser (Núcleo de Estudo de Gênero das Universidades – UNESC); Cassiana Nunes Cunha (Secretaria Municipal de Educação); Alba de Souza Schmitz (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma -GAPAC); Sandra Mara Machado de Souza (Rede Feminina de Combate ao Câncer). Dando início à reunião, a Presidente Rindalta das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas com Deficiência da Região Sul de Santa Catarina – JUDECRI) verificou o quórum, saudou as participantes e solicitou a leitura e assinatura da Ata nº 02/2026. Na sequência, falou sobre a Audiência Pública realizada na Câmara de Vereadores, na qual foi apresentado o projeto da Secretaria da Mulher, destacando que se tratou de uma audiência muito positiva e de grande importância. Em seguida, a conselheira Munique do Nascimento (Representante de Órgão Público que dispõe sobre a Promoção da Igualdade Racial – COPIRC) informou que também considerou a Audiência Pública muito positiva. No entanto, ressaltou a ausência, na pauta, da discussão sobre a situação das mulheres negras, que se encontram em maior vulnerabilidade à violência doméstica. Destacou que são elas as que mais sofrem com essa realidade e que possuem menor acesso aos serviços de saúde, assistência social e educação. A conselheira Fabiana Domingos Bertier (Conselho Tutelar) também destacou a importância da mobilização para a Audiência Pública, observando que haviam poucas mulheres presentes no evento. Sugeriu que, nos eventos promovidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

(CMDM), haja a participação e o envolvimento de todas as conselheiras, para que a mobilização não fique sob a responsabilidade de apenas uma ou duas integrantes. Além disso, propôs que, antes da realização de eventos, como as Audiências Públicas, sejam promovidos encontros preparatórios com as participantes que irão se manifestar, compor a mesa ou contribuir tecnicamente com o tema em discussão. Segundo a conselheira, essa organização prévia contribuirá para um melhor alinhamento das informações e para que as representantes que forem representar seja quem tiver mais qualificada para abordar o assuntos. A conselheira Fabiana Bertier abordou a questão da Casa Abrigo, mencionando as considerações realizadas pelo Promotor de Justiça Dr. Samuel Dal Farra sobre o tema. Informou que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) precisa acompanhar o andamento do projeto, bem como obter informações sobre a previsão de inauguração da Casa Abrigo. Relatou ainda que já foi encaminhado um ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social solicitando informações sobre o andamento da implantação da Casa Abrigo. Contudo, até o momento, não houve retorno à solicitação. Por fim, destacou que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher encontra-se sem secretária, situação que tem dificultado o andamento e a organização dos trabalhos do Conselho. Também expressou preocupação com a demanda da Secretaria da Mulher, considerando o grande número de encaminhamentos que precisarão ser realizados. A conselheira Fabiana Bertier manifestou sua preocupação em relação à participação de políticos nas reuniões do Conselho da Mulher, e em atividades em que as Conselheiras estejam com a camista representando o conselho especialmente quando solicitam registros fotográficos que sejam discutidas no grupo para deliberarem, o que foi aprovado. Destacou que essas imagens podem ser utilizadas para promoção pessoal, o que pode colocar o Conselho em uma situação desconfortável. Como encaminhamento, sugeriu que qualquer convite ou participação de representantes políticos nas reuniões seja previamente submetido à apreciação do colegiado, para que todas as conselheiras possam se manifestar e deliberar sobre a questão. A conselheira também abordou a prática da coordenação dos conselhos de realizar enquetes por meio do WhatsApp para verificar a existência de quórum, considerando que não há mais necessidade da adoção desse procedimento. A conselheira Mariela Renata Paseto expressou preocupação quanto ao atendimento às mulheres em situação de violência, ressaltando que, por vezes, agentes políticos utilizam esses momentos para realizar visitas às residências das vítimas sem o devido conhecimento prévio sobre a situação ou sobre a forma como serão recebidos. Destacou que os profissionais que atuam diretamente nos atendimentos possuem conhecimento técnico e experiência para conduzir essas situações de maneira adequada, evitando



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

constrangimentos e preservando a integridade das mulheres atendidas. A conselheira Munique do Nascimento destacou a importância de que, em eventos como audiências públicas, sejam reconhecidas e mencionadas as atuações da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Saúde, considerando que esses órgãos acompanham diariamente as demandas e situações enfrentadas pelas mulheres atendidas na rede de proteção. A conselheira Lucimara Nunes manifestou sua insatisfação em relação à Audiência Pública, afirmando que o Conselho da Mulher deveria ter sido identificado como o responsável pela proposta apresentada. Destacou ainda que o Conselho deveria ter discutido previamente o tema com o promotor Samuel Dal Farra, uma vez que as perguntas por ele realizadas possuíam respostas que a própria conselheira detinha. Entretanto, Lucimara Nunes ressaltou que não houve tempo suficiente para o debate, considerando que o limite de dois minutos estabelecido para as manifestações foi insuficiente para uma discussão mais aprofundada. A conselheira Edla Coan (Secretaria Municipal de Assistência Social), observou que, antes da realização da Audiência Pública, o Conselho da Mulher deveria ter se reunido com a Câmara de Vereadores para apresentar o projeto de forma mais adequada e organizada. A conselheira Maiara Leandro, representante da Escola Superior de Criciúma (ESUCRI), manifestou sua preocupação em relação a falta de reuniões por não haver quorum, o que dificulta os encaminhamentos do Conselho da Mulher. Destacou que, em razão das reuniões que não ocorreram, algumas pautas acabam permanecendo sem discussão ou sem os devidos encaminhamentos e respostas. A conselheira Lucimara Nunes informou sobre a Casa Abrigo, cuja inauguração está prevista para o final do mês de junho. No entanto, as demais conselheiras manifestaram não ter conhecimento prévio dessa informação. Diante disso, a conselheira Mariela Paseto convidou a Coordenadora da Proteção Especial de Média e Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Luciana Colombo de Freitas, para prestar informações sobre a Casa Abrigo. A convidada informou que o imóvel já está mobiliado, restando apenas a liberação do Corpo de Bombeiros, a emissão do Alvará de Funcionamento e a autorização da Vigilância Sanitária, processos que já estão em andamento. A conselheira Mariela Paseto informou que fará a mediação junto ao Conselho da Mulher para viabilizar a participação de uma ou duas conselheiras em visita à Casa Abrigo, juntamente com o Prefeito Municipal de Criciúma, Vagner Espíndola, e o Promotor Samuel Dal Farra. A conselheira Roberta de Souza, representante da Delegacia da Mulher, questionou como o Conselho seria informado sobre a inauguração da Casa Abrigo. Em resposta, a convidada Luciana Colombo de Freitas esclareceu que será encaminhado e-mail aos órgãos interessados. Em seguida passou a discutir sobre a necessidade do Conselho divulgar melhor sobre a pauta



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

Secretária da Mulher em radios e jornais da região para divulgação do projeto, iniciativa do Conselho de Diretos Da Mulher, a conselheira Maiara Leandro sugeriu a definição das representantes do Conselho da Mulher para participação em entrevistas nas emissoras de rádio. Definidas as seguintes conselheiras para fazerem parte da comissão de divulgação do projeto: Fabiana Bertier, Munique do Nascimento, Lucimara Nunes e Mariela Paseto, o que foi deferido por todas. Em seguida, foram submetidas à votação e aprovadas as seguintes deliberações: - Não serão mais realizadas enquetes por meio do WhatsApp para definição de quórum das reuniões; - Fica vedado o registro de fotografias com vereadores ou representantes de partidos políticos utilizando a camiseta do Conselho ou representando oficialmente o Conselho da Mulher, sem a prévia discussão anterior; - A participação de vereadores e outras autoridades nas reuniões do Conselho deverá ser previamente organizada e definida na pauta. Ficou para a próxima reunião a votação da nova Secretária do Conselho. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Rindalta das Graças de Oliveira agradeceu a presença de todas e deu por encerrada a reunião, despedindo-se das conselheiras. E eu, Adriana Amboni lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por todas as presentes.

Mariela Renata Paseto (Gabinete do Prefeito);

Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria de Assistência Social e Habitação);

Lucimara Nunes (Secretaria Municipal de Saúde);

Melani Feldmann (Procuradoria-Geral do Município);

Roberta Schonfelder de Souza (Delegacia da Mulher);

Munique do Nascimento (Representante de Órgão Público que disponha sobre a Promoção de Igualdade Racial – COPIRC);

Fabiana Domingos Bertier (Conselho tutelar);

Andreia Teixeira Machado (Conselho Tutelar);

Nádia de Souza Paz (Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma – AFASC);



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

Rindalta das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas com Deficiência da Região Sul de Santa Catarina – JUDECRI);

Sandra Mara Machado de Souza (Rede Feminina de Combate ao Câncer);

Maiara Leandro (Escola superior de Criciúma – ESUCRI);

Marja Mariane Feuser (Núcleo de Estudo de Gênero das Universidades – UNESC);

Alba de Souza Schimtz (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma – GAPAC);

Cassiana Nunes Cunha (Secretaria Municipal de Saúde).